

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS  
ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS- CNRH  
ATA DA 2ª REUNIÃO**

Data: 7 de março de 2006

Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

Início: 9h10

Intervalo de almoço: 12h às 14h

Término: 16h50

**REPRESENTANTES:**

- Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Rita Cerqueira R. de Souza (rita.souza@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ana Paula Leite Prates (ana-paula.prates@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos (christina@mme.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia: Maria Cordélia Soares Machado (mmachado@mct.gov.br)
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Jean Franco Schmitt (jfschmitt@seap.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Rogério da Silva Lages (rlages@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesb.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CE/BA: Eduardo Farias Topazio (efarias@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PI/SE: Tânia Maria Cardoso de Rezende (tmcrezende@seplan.se.gov.br)
- Hidroviários (Portuários): não compareceu
- Usuário/Indústria: Marco Antonio Ramos Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rosa Maria Mancini (cbhln@pratica.com.br)
- Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiato@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: não compareceu

**CONVIDADOS:**

- Ariadne Mansú de Castro (ANA) – ariadne.castro@ana.gov.br
- Cristianny V. T. Gisler (ANA) – cristianny@ana.gov.br
- Gustavo Henrique de Araújo Eccard (ANTAQ) – gustavo.eccard@antaq.gov.br
- Henrique Llacer Roig (Sec. Geologia e Mineração/MME) – henrique.roig@mme.gov.br
- João Luiz Nicolodi (SQA/MMA) - joao.nicolodi@mma.gov.br
- Joaquim Gondim (ANA) - joaquim@ana.gov.br
- Luiz Molle (Petrobras/MME) – luizmolle@petrobras.com.br
- Oneida Freire (Ministério do Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br
- Patrícia Rejane Gomes Pereira (SRH/MMA) – patricia.pereira@mma.gov.br
- Rodrigo Laborne Mattioli (SRH/MMA) – rodrigo.mattioli@mma.gov.br
- Simone Anhaia Melo (ANP) – samelo@anp.gov.br
- Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (DNPM/MME) - vanessa@dnpm.gov.br

**RELATORIA:**

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

No dia 7 de março de 2006, com início às 9h10, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 2ª reunião em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência da Sra. Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. Item 1 – Abertura / Aprovação da minuta de ata da 1ª reunião. Após algumas alterações sugeridas, a ata foi aprovada. Item 2 – Informes. A Sra. Andréa Carestiatto informou sobre o 4º Fórum Mundial da Água, que seria realizado de 16 a 22 de março, na Cidade do México, e sobre a “8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - COP 8”, de 20 a 31 de março, em Curitiba/PR. Ambos abordariam o “gerenciamento

costeiro”. No México, a delegação brasileira apresentaria o Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde a questão “gerenciamento costeiro” já trazia muitas expectativas. Apesar da existência de uma programação que demonstrava o alcance certo de resultados positivos, a Sra. Andréa lamentou não ter havido, para os dois eventos, o desenvolvimento de uma agenda conjunta e de posições compartilhadas com a sociedade civil, o que poderia representar o enfraquecimento da posição brasileira em alguns aspectos. Ainda existem divergências. Por outro lado, paralelos ao 4º Fórum e à COP8, aconteceriam encontros da sociedade civil organizada, com temas interessantes, entre eles “Bem-vindo ao mundo real”, para o qual convidou a todos para debater uma posição crítica à situação da execução satisfatória da Convenção sobre Biodiversidade. Haveria também uma mesa redonda sobre gerenciamento costeiro. Gostaria de receber sugestões para os debates. Paralelo à COP 8 aconteceria também a “3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP 3”. O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança é o primeiro acordo firmado no âmbito da CBD - Convenção sobre Diversidade Biológica e visa reger a transferência, manejo e uso de organismos vivos modificados por meio da biotecnologia moderna. Atualmente, 130 países são signatários do Protocolo de Cartagena. O Brasil ratificou sua adesão em novembro de 2003. O Protocolo reflete o equilíbrio entre a necessária proteção da biodiversidade e a defesa do fluxo comercial dos OVMs. É um instrumento essencial para a regulação do comércio internacional de produtos transgênicos em bases seguras. Internamente, a adesão do Brasil ao Protocolo revestiu-se de grande importância em razão da sua condição de país megadiverso e, também, de exportador de alimentos. A Sra. Ana Paula complementou que durante a COP 8 seriam lançadas algumas publicações como o “Plano Nacional de Áreas Protegidas”, e que verificaria a possibilidade de trazê-las para a CTCOST, bem como todo o material referente a “biodiversidade marinha e costeira” apresentado nas conferências anteriores. Ainda sobre reuniões paralelas à COP 8, o Sr. João Nicolodi falou sobre a apresentação dos resultados do Programa “Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – REVIZEE”, o qual resulta de um detalhamento da meta principal definida para o 4º Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) em vigor no período 1994/1998, tendo sido concebido com base em programa similar, elaborado em 1990, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM. Segundo o Sr. Nicolodi, o REVIZEE foi o maior programa de levantamento de recursos vivos da zona econômica exclusiva e que está sendo finalizado com um Sumário Executivo. Também como informe, o Sr. Nicolodi noticiou que foi criado, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente – MMA, uma comissão para tratar da integração do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Essa comissão, onde participam representantes da SQA, ANA e SRH, já realizou duas reuniões. Durante a última, ocorrida na semana anterior, foram citados os trabalhos da CTCOST, quando foi observada a necessidade de alguém da câmara acompanhar as discussões dessa comissão. Em um primeiro momento, a comissão levantou todo o material produzido que, de alguma forma, integre ou sugere a integração de procedimentos e instrumentos dos dois sistemas. Para a próxima reunião, a comissão pretende apresentar uma tabela que demonstre as principais características das duas políticas, um diagnóstico (análise jurídica). A Sra. Andréa Carestiatto será a representante da CTCOST na comissão, levando, inclusive, a informação da existência do Projeto de Lei nº 6219/2005, de autoria do deputado Marcos Abramo – PP/SP, o qual propõe a instituição do Código de Proteção ao Meio Ambiente (pretende consolidar toda a legislação ambiental brasileira, reunindo as diversas fontes, atualizando a redação e dirimindo discrepâncias entre elas; é estruturado em doze títulos: Da Política Nacional do Meio Ambiente, Da Educação Ambiental, Da Política Nacional de Recursos Hídricos, Das Unidades de Conservação, Da Proteção à Flora, Da Proteção à Fauna, Da Proteção aos Recursos Aquáticos Vivos, Do Gerenciamento Costeiro, Do Controle da Emissão de Poluentes, Da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Das Sanções Penais e

Administrativas e Disposições Finais). [Item 3 – Construção do Plano de Trabalho da câmara técnica: a\) Comentários sobre o material básico \(legislação\) referente às duas política \(Recursos Hídricos e Gerenciamento Costeiro\), encaminhado por meio eletrônico; b\) Quadro comparado dos sistemas das duas políticas.](#) Após debate e sugestões aos arquivos encaminhados anteriormente, ficou acordado o envio, o mais rápido possível, de informações para o “Quadro Comparado dos Sistemas de Recursos Hídricos e de Gerenciamento Costeiro”, produzido pela Sra. Rosa Mancini, bem como de sugestões de formatação da tabela e de seu manual de preenchimento. Tarefas: contatos nos estados - João Nicolodi e Rita Cerqueira; informações de Santa Catarina - Jean Franco; informações de BA e CE - Eduardo Topázio; informações do RS e PR - João Nicolodi; informações de SP - Lina Aché; informações de AL - Rita Cerqueira; informações de SE e PI - Tânia Rezende; informações do AP e RN - Rosa Mancini; informações do ES - Rogério Lages; informações do MA e PA - Paulo Ho; informações da PB - Maria Cordélia; informações de PE - Marco Antônio Caminha; e informações do RJ - Andréa Carestiatto. A Sra. Rosa Mancini enfatizou que, durante os contatos com os estados, seria produtivo que já fossem articuladas previsões de reuniões da câmara nesses locais, com o intuito de mostrar a importância da participação no CNRH e buscar contribuições dos comitês, gestores e organizações locais. [c\) Plano Nacional de Recursos Hídricos: diretrizes e princípios; Programa 9 \(Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro\); e como a CTCOST pode contribuir para o seu desenvolvimento; d\) Termos de Referência para Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos \(documento básico produzido pela SRH/MMA, encaminhado por meio eletrônico\).](#) A Sra. Maria Manuela Moreira, da Secretaria de Recursos Hídricos, contribuiu para o entendimento do item “d”, explicando que o documento básico produzido pela Secretaria está defasado. Sugeriu que a CTCOST conheça o Plano de Bacia do Rio Doce, pois o considera um exemplo. Foi, então, formado o Grupo de Trabalho “Planos de Recursos Hídricos”, com o objetivo de estudar como podem ser complementados a Resolução CNRH nº 17 e o documento básico “Termos de Referência para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos”, produzido pela SRH/MMA, em 2000, com o intuito de orientar comitês de bacia a preverem, em seus planos de bacia, mecanismos de integração entre os sistemas de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro (identificar quais os elementos e as especificidades para planos que venham a contemplar a região costeira). Esse trabalho deverá subsidiar um segundo momento de estudo, por esse grupo ou por toda a CTCOST, que poderá ser: orientar os estados a desenvolver um plano estadual de zona costeira com mecanismos integrados; e contribuir para o desenvolvimento das diretrizes do Programa 9 do Plano Nacional de Recursos Hídricos - “Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro”. Integrantes: Luciano Meneses Cardoso da Silva (coordenador), Eduardo Topázio, João Luiz Nicolodi, Luiz Molle, Maria Cordélia Soares Machado, Maria de Fátima Araújo Paiva e Tânia Maria Cardoso de Rezende. Data e local de reunião já agendada: 2 de maio de 2006, no miniauditório da SRH/MMA (a data e local dessa reunião podem ser alteradas, bem como a quantidade de reuniões, se verificada a necessidade). Prazo para entrega do 1º produto à CTCOST: 3 de maio de 2006 (data provável da 3ª reunião da CTCOST). Referências: 1- Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001, que estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas; 2- Documento básico “Termos de Referência para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos”, produzido pela SRH/MMA, em 2000; 3- Termo de Referência do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; 4 Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil; e 5- Plano Nacional de Recursos Hídricos. [e\) Relato sobre o Grupo de Trabalho “Integração de procedimentos de outorga de uso de recursos hídricos e de licenciamento ambiental”, no âmbito da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, também do CNRH.](#) A Sra. Raquel Scalia, relatora da CTPOAR, informou que a ementa da proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para a integração” foi alterada na última reunião da câmara, passando a ser “estabelece

diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental”. Historiou: em 24/03/04, a CTPOAR criou o GT com a intenção de propor as diretrizes para a integração. Foram oito meses de trabalho antes da primeira proposta ser encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, com a indicação que houvesse uma reunião conjunta com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos – CTAJ do CONAMA. Durante a reunião CTIL/CTAJ foram levantadas as seguintes questões: há a necessidade do assunto ser deliberado pelo CONAMA?; É possível uma Resolução conjunta dos dois conselhos? Foi entendido que Resolução conjunta não seria possível pelo fato da diferença dos procedimentos internos dos dois conselhos. A Consultoria Jurídica do MMA - CONJUR deu a sugestão que fosse deliberada pelo CNRH e não pelo CONAMA, pois o tema seria mais específico para recursos hídricos. Mas sempre houve a dúvida se deveria existir uma “Resolução espelho” no CONAMA. Na CTAJ esse assunto foi vencido. Só sairia pelo CNRH. Em 18/07/05 a matéria foi apresentada ao plenário do CNRH, contudo o segmento “Indústria” e “CERH – Bahia” pediram vistas à proposta. Em 28/11/05, a proposta foi levada novamente ao plenário, quando não chegou a ser apreciada pelos conselheiros. Foi acordado que voltaria para as câmaras técnica envolvidas diante das sugestões existentes nos pareceres de pedidos de vistas. Em 27/01/2006 a CTPOAR retomou o assunto. Infelizmente nunca houve sugestão de redação pelo CONAMA. Em 16 e 17/02/06 a Indústria concordou com a proposta desde que fosse retirada o termo “integração”. Segundo os representantes a integração deveria ser conjunta. Para o segmento, o CNRH não tem competência para dizer quando sai o Licenciamento. O Sr. Marco Antonio Ramos Caminha complementou dizendo que o grande nó é qual procedimento antecede o outro. Para ele, o CNRH está correto em querer harmonizar os processos, mas o CONAMA não se manifesta. Ainda existe um impasse. Mesmo com a adequação do termo, as discussões continuarão na próxima reunião da CTPOAR. Encerrado o relato, foi retomado o debate sobre a construção dos trabalhos da CTCOST. Após reflexões sobre o que é previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, sobre as atribuições da CTCOST e sobre as diretrizes do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) – criado no âmbito do PNGCII para promover a articulação das ações federais incidentes na zona costeira a partir da aprovação de planos de ação federal, o Sr. Joaquim Gondim contribuiu para a indicação do que devam ser os primeiros passos da CTCOST: 1- Participar do detalhamento do programa sobre zona costeira que consta do Plano Nacional de Recursos Hídricos; 2- Examinar as Resoluções CNRH nºs 12, 13, 16, 17 e 48 a fim de propor eventuais ajustes, visando a integração dos instrumentos das políticas e indicadores comuns para o gerenciamento de recursos hídricos na zona costeira e sistemas estuarinos; e 3- Estudar a minuta do PL 1.616/99 e o Decreto nº 5.300, de 7/12/04, e propor eventuais modificações, com o objetivo de contribuir para a integração das políticas de gestão de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro. O PL nº 1.616 dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e o Decreto nº 5.300 regulamenta a Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima. [Item 4 – Assuntos Gerais / Encerramento](#). Foi programada a pauta da próxima reunião da câmara: Apresentação “Base Territorial na Zona Costeira”, por Joaquim Gondim / ANA; Apresentação “Outorga em Zona Costeira”, por Luciano Meneses / ANA; Relato do processo de levantamento de dados dos estados - “Quadro Comparativo dos Sistemas de Recursos Hídricos e de Gerenciamento Costeiro”; e Relato do Grupo de Trabalho “Planos de Recursos Hídricos”. Nesse momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, a Sra. Rosa Mancini, às 16h50, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 2ª reunião da CTCOST.

185 Ata aprovada na 3ª reunião da CTCOST, em 6 de julho de 2006.

186

187

188

**Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini**

189

Presidente da CTCOST

190

191

192

**Rachel Landgraf de Siqueira**

193

Relatora da CTCOST